

Agroindústria da carne no Nordeste

Luciano J. F. Ximenes

Zootecnista. Doutor em Zootecnia. Técnico do ETENE/Banco do Nordeste
lucianoximenes@bnb.gov.br

Análise conjuntural

As dificuldades econômicas do País combinadas à diminuição da oferta de animais causaram o fechamento ou redução das atividades de algumas plantas frigoríficas, em diferentes regiões do País. O momento de retração da economia e acesso restrigido pela alta do custo do crédito bancário tende a favorecer a atuação de quem investe em participações em empresas. O que não significa que os ativos brasileiros estejam baratos. “Os preços caíram, mas a perspectiva de retorno no atual cenário também”, segundo André Castellini, sócio da empresa Bain & Company¹.

No caso das grandes empresas, os problemas na operação de carne bovina no Brasil são minimizados tanto pela presença em outros países quanto pela diversificação das frentes de negócios, que alguns casos inclui frango e suínos. Exemplo disso, no primeiro semestre de 2015, a JBS, a maior empresa de carnes do mundo, com lucros recordes, anunciava US\$ 3 bilhões em aquisições fora do Brasil.

Para alguns especialistas, a estrutura de abate superdimensionada resultaria inequivocadamente no fechamento de plantas, mas o processo de ajuste da capacidade está perto do fim, porque há um ordenamento. Do contrário, pressionando no abate, o industrial acaba elevando preço e diminuindo a margem².

A baixa oferta de bovinos para abate tem mantido os preços do boi gordo em alta. Na Bahia, nos últimos doze meses, o pico foi de 158,77 R\$/@ em março de 2016, aumento de 13,65% em relação a maio de 2015, quando a arroba estava cotada a média de R\$ 139,70 (Gráfico 1).

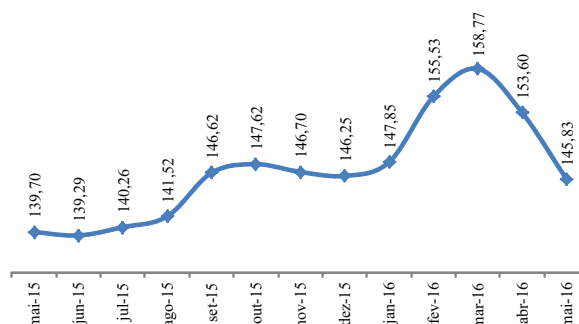
Nas regiões produtoras, a estiagem prolongada comprometeu a oferta de alimento na pastagem e nos confinamentos e, especialmente no Nordeste, a seca que teve início em 2012 prejudicou a oferta de animais para abate independentemente da aptidão, da categoria animal ou mesmo do sexo.

Oportuno destacar que o elevado abate de fêmeas (ventres) nos últimos anos em todo o País corroborou para baixa oferta de animais para abate e reposição, provocando a alta de preços. Neste sentido, destaca-se a pesquisa de preços da CONAB para 16 estados nos primeiros quatro meses de 2016, na qual os preços do bezerro em Alagoas

(entre 160 e 170 R\$/@) esteve bem acima da média desta amostra (entre 142,63 e 146,96R\$/@).

Enfim, a magnitude da taxa de abate de fêmeas é um balizador do ciclo de preços da pecuária de corte, da taxa de reposição do rebanho e da taxa de desfrute. No Nordeste, comparando-se o segundo ano de seca com o ano anterior (2013-2012), o crescimento no abate de fêmeas foi de 13,04%, e continuou neste patamar em 2014. Como efeito, no ciclo de 24 meses, teve início a alta nos preços (R\$/@), 2015 e 2016 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Preço médio mensal da arroba do boi gordo no Estado da Bahia



Fonte: Consultoria Métodos, Assessoria e Mercantil - CMA/BNB (2016).
Elaboração do Autor.

A alta do boi magro demandou cautela de confinadores, tudo está muito caro: mão de obra, insumos (milho, soja, suplementos etc), frete e, além disso, a rentabilidade dos pecuaristas também depende da demanda, que está retraída não apenas pelo aumento do preço da carne, mas pela redução do poder de compra da população. O arrefecimento do consumo também decorre da substituição das carnes por embutidos e ovos.

Mercado externo

Com sinais de estabilidade da economia chinesa e tendência de melhoria dos preços das commodities, após a crise do arrefecimento da demanda chinesa, o segmento de carnes recuperou-se agora no início do segundo trimestre de 2016. O volume exportado cresceu 18,19% (de 2,39 para 2,83 milhões de toneladas), particularmente em função do volume de exportações para a China. Ainda de janeiro a maio de 2016, a demanda da China aumentou

¹ Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/4581683/holdings-ganham-espaco-em-fusoes>. Acesso em maio de 2016.

² Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4122046/frigorificos-fecharam-44-plantas-no-pais-no-ano>. Acesso em maio de 2016.

148,43% (de 32,95 para 81,87 mil toneladas) de carne, o que representa alta de 25,55% a.m., enquanto que os dez maiores clientes do Brasil cresceram 5,98% em média na demanda. Neste ritmo, a China deverá ser o maior cliente do Brasil já no início do segundo semestre. No acumulado de janeiro a maio de 2016, com demanda de 302,50 mil ton (10,70%), a China foi precedida pela Arábia Saudita (327,09 mil ton, 11,57%) e por Hong Kong (340,82 mil ton, 12,06%). O desafio do Brasil será suprir não apenas este mercado, que de janeiro a maio de 2016 faturou US\$ 5,66 bilhões, mas de abrir oportunidades e agregar valor (cortes especiais, carnes maturadas, carnes prontas ou semi-prontas etc), em detrimento à carne in natura.

Não obstante, mitigar os gargalos do Custo Brasil que reduzem a competitividade do Brasil no mercado internacional e também para melhoria da remuneração dos produtores do País. Ainda em relação a novos mercados, estima-se que o Reino Unido possa demandar mais do Brasil com a sua saída do bloco europeu. É um país pequeno, importador, e sua “autonomia” o desbriga a seguir as restrições (sanitárias e não sanitárias) de importação do bloco. O Reino Unido terá que suprir sua demanda interna por meio de acordos comerciais.

6,44 mil toneladas de carne foram vendidas em 2015 totalizando US\$ 14,72 bilhões que, em termos de volume, corresponde a 65,56% de carne de frango, 21,12% de bovina e 8,41% de suína.

Dentre as Regiões, no mesmo ano, a Sul concentra 60,88% das vendas e seus estados, os líderes em exportações. A participação do Nordeste está aquém de sua aptidão no mercado internacional, com 12,93 mil toneladas (0,20% em relação ao Brasil e faturamento de US\$ 35,07 milhões) é representada pelo estados da Bahia (5,94 mil ton de frango, 2,39 mil ton de bovina), Maranhão (3,17 mil ton de bovina), Pernambuco e Paraíba (694 ton de frango).

Os principais destinos da carne exportada pelo Nordeste, 92,48% foram Hong Kong (52,50%), Venezuela (32,15%) e Egito (7,82%), distribuídos por tipo de carne por Estado da seguinte forma: Frango, 5.944.572 kg (BA), 640.134 kg (PE) e 54.000 kg (PB), e; bovina, 2.392.535 kg (BA) e 3.171.109 kg (MA). Assim, Maranhão exportaram exclusivamente carne bovina ao contrário de Pernambuco e Paraíba exportaram apenas carne de frango. O Maranhão escolhe sua produção via portos de outros estados, pois o Porto de Itaqui ainda não dispõe de infraestrutura para este mercado.

Carne de frango

O Brasil é um dos países que deverá manter o bom desempenho no cenário mundial. É o maior exportador com taxa média de crescimento de 3,50% a.a., com vendas externas previstas acima de 4 milhões de ton. Da mesma forma, com índices de produção crescentes, 2016 deve superar 13,6 milhões de ton, firmando-se como segundo maior produtor mundial, visto que a China foi afetada pela

gripe aviária e, conseqüentemente, o consumo e a produção da China devem cair em até 5% neste ano. Contudo, este é um problema sanitário grave não apenas da China, mas de continentes vizinhos de fronteira seca da Ásia que se estende ao Oriente Médio e África, o que dificulta o controle e a erradicação.

Segundo relatório da Organização Mundial de Saúde - OMS³, de junho de 2016, um novo caso fatal de contaminação humana por gripe aviária A (H5N1) foi confirmado laboratorialmente (Dakahlia, Egito). Desde 2003, um total de 851 casos confirmados por laboratório de infecção humana com gripe aviária A (H5N1), incluindo 450 mortes, foram relatadas à OMS de 16 países. Em 10 de maio de 2016, a China notificou à OMS de 11 casos confirmados por laboratório de infecção humana com gripe aviária A (H7N9), incluindo 4 mortes.

Neste aspecto, o Nordeste tem condições plenas de ampliar o rol de países importadores, que atualmente está bastante restrito. Em 2015, 6,64 mil toneladas de carne de frango do Nordeste foi exportada para sete países, sendo 62,63% apenas para a Venezuela, e 27,42% para Hong Kong. De janeiro a maio de 2016, em comparação com o mesmo período do ano anterior, o volume ficou estável (3,12%), mas houve melhoria significativa do faturamento, de 1,03 para US\$ 1,43 milhão, alta de 38,95%.

Carne bovina

Com base nos dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA (2016), estima-se que haja a retomada do crescimento da produção interrompido em 2015, quando a produção crescia 2,50% a.a. a partir de 2011. 9,62 milhões de toneladas produzidas e 1,85 milhões em exportações, a expectativa de manutenção do consumo doméstico em cerca de 7,82 milhões, semelhante aos últimos anos e o dólar em alta, indicam que o mercado externo deve continuar crescendo 6,66% a.a.

A China, desde 2011 tem aumentado consideravelmente as importações de carne bovina, de 28 mil para 663 mil toneladas em 2015 (120,59% a.a.), ou seja, quase 160 mil toneladas/ano de alimento médio de demanda. Neste ritmo, a China deve superar os Estados Unidos e se tornar o maior importador mundial de carne bovina em 2017. Nos últimos cinco anos, o consumo da China cresce 3,31% a.a., enquanto que os EUA não tem retornado ao mesmo patamar de 2013 (11,61 milhões de toneladas).

É importante a busca de novos mercados e os países árabes têm grandes reservas de divisas e baixos custos de produção de petróleo, que ajudam a diminuir o impacto dos baixos preços. De janeiro a maio de 2016, o Nordeste exportou 2,27 mil toneladas praticamente apenas para Hong Kong (97,88%), Egito e Tailândia (2,12%). O

³ Influenza at the human-animal interface. Summary and assessment, 9 May to 13 June 2016 Influenza. Disponível em: http://www.who.int/influenza/human_animal_interface/Influenza_Summary_IRA_HA_interface_06_13_2016.pdf?ua=1. Acesso em junho de 2016.

faturamento foi de US\$ 8,98 milhões. Entretanto, com o fim da barreira sanitária (febre aftosa) e a perspectiva de uma boa quadra invernos para 2016 estima-se melhorias da produção.

Carne suína

A produção e o consumo da China deverão manter a retração de 5% iniciada em 2014 com a desaceleração de sua economia. Assim, as importações para suprimento de sua imensa população devem manter a alta em 2016, que comparadas a 2015 e 2014 crescerão 26,34% e 70,83%.

A Rússia, devido a problemas na economia, além da intervenção militar na Ucrânia (2014), desde então, tem mantido baixo o consumo de carne suína, em torno de 3 milhões de toneladas. Em 2012 e 2013, o consumo era de cerca de 3,25 milhões de toneladas. As importações devem ficar abaixo de 400 mil toneladas, 60% do que era em 2013 (868 mil toneladas).

O Brasil, alheio às tensões da Rússia em relação a outros países exportadores de commodities como os estados Unidos, tem sido o principal cliente da carne suína brasileira, com mais de 100 mil toneladas no acumulado dos cinco primeiros meses de 2016 foram negociados cerca de US\$ 45 milhões, valor equivalente aos dois seguintes no ranking: Hong Kong (US\$ 27,50 milhões) e China (US\$ 19,51 milhões). A estes três países apenas são destinados 71,35% das exportações do Brasil (286,69 mil toneladas e faturamento de US\$ 124,14 milhões).

A região Nordeste é importadora de carne suína, apenas o estado do Ceará importou no ano de 2009, 5,95 mil toneladas de carne suína totalizando 178,36 milhões de reais (valores nominais).

No acumulado de janeiro a maio de 2016, o Brasil exportou para 160 países 2,83 milhões de toneladas de carne, resultando no faturamento de 5,66 bilhões de dólares. A carne bovina está presente em 129 países, a de frango e a suína em 127 e 69 respectivamente. Em volume, a zona exportadora é a Centro-Sul: Sul (61,02%), Centro-Oeste (18,89%) e Sudeste (15,69%), seguida pela região Norte (4,19%) e Nordeste (0,13%). O destaque é a carne de frango (64,46%), a bovina em 20,80% e a suína 10,14% do volume total das exportações.

Tabela 1 – Resumo do mercado externo de carnes. Acumulado de janeiro a maio de 2016

| Região/produto | Kg | Kg (%) | US\$ |
|---------------------------------------|---------------|--------|---------------|
| Sul | 1.724.529.841 | - | 2.708.739.801 |
| Carne de frango | 1.375.265.925 | 79,75 | 2.035.017.459 |
| Carne suína | 227.989.072 | 13,22 | 408.029.662 |
| Carne bovina | 40.663.652 | 2,36 | 144.919.997 |
| Outras(1) | 80.611.192 | 4,67 | 120.772.683 |
| Centro-Oeste | 536.267.637 | - | 1.364.453.491 |
| Carne bovina | 228.042.849 | 42,52 | 858.914.279 |
| Carne de frango | 229.538.488 | 42,80 | 364.130.806 |
| Carne suína | 47.291.036 | 8,82 | 78.934.583 |
| Outras(1) | 31.395.264 | 1,82 | 62.473.823 |
| Sudeste | 443.450.925 | - | 1.186.244.123 |
| Carne bovina | 204.833.941 | 46,19 | 849.008.364 |
| Carne de frango | 213.555.916 | 48,16 | 283.748.410 |
| Carne suína | 11.413.020 | 2,57 | 18.676.155 |
| Outras(1) | 13.648.048 | 0,79 | 34.811.194 |
| Norte | 118.328.209 | - | 390.195.089 |
| Carne bovina | 111.901.368 | 94,57 | 374.835.943 |
| Demais carnes, miudezas e preparações | 4.132.752 | 3,49 | 12.487.618 |
| Carne de frango | 2.294.089 | 1,94 | 2.871.528 |
| Nordeste | 3.537.769 | - | 11.046.980 |
| Carne bovina | 2.273.888 | 64,27 | 8.982.343 |
| Carne de frango | 1.013.052 | 28,64 | 1.425.444 |
| Demais carnes, miudezas e preparações | 250.829 | 7,09 | 639.193 |
| Total geral | 2.826.114.381 | - | 5.660.679.484 |

Fonte: Agrostat (2016), elaborado pelo autor.

Nota:

1) Outras = carnes de pato, de peru, de ovinos e de caprinos, de equídeos e demais carnes não especificadas.

Agroindústria da carne no Nordeste^{4,5}

No Nordeste o sistema agroindustrial da carne bovina é bastante complexo e apresenta muitos desafios que precisam ser resolvidos via coordenação da cadeia produ-

⁴ Agroindústria como sendo a indústria processadora de matérias-primas agrícolas é aquela que beneficia e/ou transforma produtos agro-silvopastoris, aquícolas e extrativistas, abrangendo desde os processos mais simples até os mais complexos. A partir da década de 1970 houve no Brasil um processo de verticalização da produção em muitos segmentos produtivos. Dessa forma, muitas agroindústrias evoluíram para complexos agroindustriais, que podem atuar desde a produção de insumos, passando pela produção agropecuária, processamento da matéria-prima até a comercialização. Portanto, o complexo agroindustrial pode ser composto por: Produção de insumos: abrange os ramos industriais e comerciais que se orientam para o atendimento das necessidades produtivas agropecuárias (corretivos, fertilizantes, defensivos, implementos, equipamentos, etc.); Produção agropecuária: engloba os vários tipos de cultivo e criações; Processamento: inclui os ramos industriais com produção predominantemente baseada em matérias-primas de origem agropecuária; Comercialização: diz respeito aos serviços de estocagem e comercialização dos produtos agropecuários (Szmrecsányi, 1983; Gonçalves, 2016).

⁵ Para maiores detalhes consultar o livro "A agroindústria da carne bovina no Nordeste", disponível gratuitamente para download no site http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/livroDetalhe.aspx?cd_livro=219.

tiva, com a participação direta dos ambientes institucional e organizacional, para atender com competitividade e sustentabilidade as atuais e crescentes exigências do mercado consumidor.

Os desafios percorrem toda a cadeia produtiva da carne tanto na venda de animais para abate quanto na distribuição e comercialização da carne e dos subprodutos. Alguns pequenos produtores vendem os animais diretamente em leilões e/ou feiras municipais ou regionais, e a maioria dos intermediários está no ramo da compra e venda de animais vivos há bastante tempo, o que, na visão dos produtores, aumenta o nível de confiança.

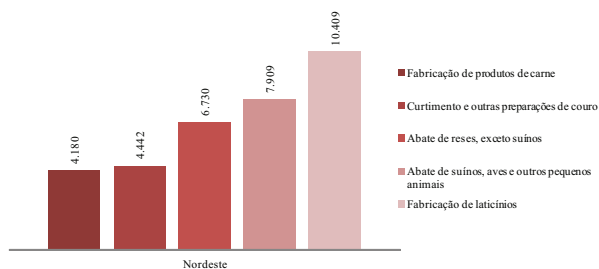
Os casos de inadimplência observados referem-se ao relacionamento entre os frigoríficos e os criadores, pois, na maioria das vezes, o intermediário é um corretor, que ganha comissão pelo serviço prestado e se limita a negociar e transportar os bovinos para o frigorífico, enquanto o pagamento é realizado diretamente ao criador, pelo frigorífico, com base no peso da carcaça.

Médios e grandes produtores mais esclarecidos têm uma melhor articulação com as entidades de classe e adotam práticas adequadas de manejo alimentar, sanitário e reprodutivo, ofertando animais de melhor padrão zootécnico. Esses produtores, em geral, conhecem relativamente bem o mercado, eliminando intermediários desnecessários na comercialização de seus animais. Dado o volume e a regularidade de fornecimento dessas duas categorias de produtores, os frigoríficos pagam-lhes ágios e, em alguns casos, assumem o custo do transporte dos animais adquiridos.

As crescentes exigências dos consumidores (em termos de quantidade, qualidade, presteza e praticidade), sistemas agroindustriais bem coordenados têm mais chance de aumentar sua fatia de mercado (market share), o que não acontece no caso da carne bovina na maioria dos estados nordestinos. A participação das associações e dos sindicatos representativos de classe nessas negociações é de fundamental importância para conferir maior equilíbrio de forças e assegurar que as partes pensem sistemicamente nos interesses maiores do respectivo negócio.

Estima-se que o segmento de abate (suínos, aves, reses etc) emprega cerca de 409 mil pessoas em todo o Brasil, com base nos dados da RAIS (2014). Na comparação dos acumulados de janeiro a maio entre 2015 e 2016, houve melhoria do saldo de contratações (admitidos - desligados) ou na quantidade de empregos formais em todo o Brasil. Dentre alguns segmentos agroindustriais, o segmento de laticínios do Nordeste é o que tem maior número de empregos comparativamente, enquanto que nas demais regiões, o segmento que mais emprega é o de abate (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Estimativa de empregos formais em alguns segmentos agroindústrias do Nordeste em 2016



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da RAIS (2014).

Subsistema insumos

Não foram constatados grandes problemas com o suprimento de insumos na área pesquisada, pois há estabelecimentos instalados nas áreas de maior concentração dos rebanhos. A presença de cooperativas de insumos é pouca expressiva, que vende produtos aos associados cobrando-lhes os mesmos preços, independentemente da distância entre os municípios em que se situam as propriedades rurais e o município da sede social da cooperativa.

Dentre os principais problemas relacionados ao subsistema insumos, destacam-se: o alto preço das máquinas e equipamentos; o custo elevado das rações e as dúvidas sobre a sua qualidade; os elevados preços dos produtos veterinários e sua oferta oligopolizada; a carência de fiscalização permanente da qualidade dos insumos e a oferta irregular de reprodutores e matrizes de comprovado padrão genético.

A pesquisa do ETENE, revelou ainda, que os abatedouros com inspeção municipal (SIM) e pequenos abatedouros com inspeção estadual (SIE) compram os insumos básicos (combustíveis, embalagens etc.) localmente ou em municípios próximos. No caso de médios empreendimentos com SIE e os que detêm inspeção federal (SIF), os equipamentos, máquinas e embalagens utilizados no processamento e beneficiamento dos produtos cárneos são adquiridos em outras regiões do País, principalmente em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Apenas as máquinas e equipamentos de alta performance das grandes frigoríficos e indústrias são importados de outros países, como Alemanha, Espanha, Itália, ou Estados Unidos.

Subsistema produção

Segmento com maiores desafios, considerando o semiárido que compreende cerca de 60% da área do Nordeste e concentra 40% da população nordestina. A sazonalidade e os baixos rendimentos produtivos e econômicos da pecuária no semiárido devem-se principalmente ao manejo nutricional, quantidade e qualidade da alimentação ao longo do ano.

A adoção de reservas alimentares ainda está res-

trita a alguns criadores, mas prevalece a “estratégia” redução do rebanho bovino nas estiagens prolongadas. Ressalta-se, que o Nordeste tem áreas de potencial para a pecuária de corte, conforme demonstraram Evangelista et al. (2010), sendo importante a utilização de “zoneamentos” desse tipo para orientar as ações privadas e de governo de estímulo e apoio às vocações estaduais.

Com relação ao manejo sanitário, em 2014, houve avanço no controle da febre aftosa, zoonose de menor gravidade para o homem, mas de relevante importância econômica. Foram reconhecidos os estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e norte do Pará como livres de febre aftosa com vacinação, sendo incorporados à zona livre já consolidada no País. Estes estados poderão comercializar carne bovina in natura e industrializada para outros estados da Federação e para o mercado externo e o trânsito de animais vivos e de sêmen poderá ocorrer sem a necessidade de quarentena.

Não obstante, para o Nordeste efetivamente participar de forma sustentável e competitiva do agronegócio brasileiro da carne bovina, outras doenças devem ser controladas e erradicadas, como a tuberculose e a brucelose (zoonoses), a raiva dos herbívoros, os carbúnculos (sintomático e hemático), a cisticercose bovina e o botulismo. Na região pesquisada pelo ETENE, em alguns frigoríficos sob inspeção estadual, a tuberculose lidera as condenações de carcaças e de vísceras, alcançando 1% dos animais abatidos.

Considerando a restrição da elevada fragmentação fundiária do Nordeste, a maioria das propriedades rurais além de não dispor de escala de produção, não se apropria do valor agregado da carne porque é desorganizada, não recebem informações técnicas e de mercado.

Em que pese à bovinocultura de dupla aptidão prevalecente no semiárido não ter condições de competir com as regiões e estados mais vocacionados, continua sendo a principal supridora de bovinos para os matadouros municipais. As acentuadas diferenças edafoclimáticas entre os Estados tornam o subsistema produção bastante heterogêneo. Muitos produtores exploram rebanhos especializados de corte ou mistos, desde a produção do bezerro até o boi gordo; outros são apenas recriadores que compram bezerros e ofertam bois magros a engordadores tradicionais.

Tanto na produção de bezerros como na recria e engorda, são adotados sistemas, tecnologias e práticas sanitárias diversas. A maior parte dos bovinocultores cria os animais a pasto, com baixo nível tecnológico. No Maranhão, no sul do Piauí, em grandes áreas da Bahia, no norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo, entretanto, as condições de criação a campo são mais favoráveis, de melhor produtividade. Há também produtores que adotam engorda em confinamento, ofertando bois gordos de qualidade superior à média da região. Contudo, a lucratividade da engorda bovina em confinamento é bastante questionada entre os criadores entrevistados, já que diferentes conjunturas de preços determinam variados níveis

de custos operacionais.

No Cerrado da Bahia e no do sul do Piauí, existem criadores engordando bovinos mediante a integração lavoura/pecuária, usando os restos da soja e do milho. Essa integração poderia ser fomentada na Zona da Mata (com a cana-de-açúcar) e nas lavouras irrigadas do Semi-árido.

O relacionamento entre o segmento processador de carne (matadouros, frigoríficos, indústrias de carne bovina) e os bovinocultores, principalmente com os pequenos criadores, é marcado por conflitos no que diz respeito ao estabelecimento do preço do bovino e no rendimento de carcaça. Não existem instrumentos adequados com transparência suficiente dos critérios definidos na elaboração das planilhas de receitas e custos das partes envolvidas e o acesso do produtor às informações que levam ao rendimento de carcaça.

O padrão do novilho para abate é definido pelos frigoríficos em função das exigências do mercado. Os grandes e médios produtores, por estarem mais organizados, terem maior escala de produção e possuírem rebanhos especializados para corte, têm melhores condições de atender às exigências mercadológicas e de se beneficiarem da concessão de ágio.

Além do mais, prevalece entre os criadores de bovinos o individualismo e a maioria das cooperativas não cumpre, de forma adequada, as suas reais funções. Em consequência, a coordenação da cadeia é deficiente, sem a visão sistêmica do agronegócio, sendo adotados diferentes sistemas produtivos, que provoca oferta de bois para abate despadronizados e que não atendem à demanda do subsistema abate e processamento.

Proposições específicas:

- a) Implantar/renovar pastagens com novas espécies forrageiras, intercalando árvores de sombreamento (sobretudo leguminosas) para o bem-estar animal, com correção e adubação do solo; Adotar a prática de formação de reservas alimentares estratégicas, aguadas e a recomposição/recuperação das matas ciliares;
- b) Intensificar a integração lavoura-pecuária na Zona da Mata, no Cerrado e em áreas irrigadas no Semiárido;
- c) Vacinar o rebanho contra as principais doenças de importância sanitária e econômica e adotar medidas preventivas aos ecto e endoparasitas, além do suprimento de sais minerais;
- d) Combater, de forma intensiva e sistemática, a utilização de farinha de carne e da cama de frango na alimentação dos bovinos;
- e) Melhorar a genética do rebanho bovino de corte e adotar os cruzamentos econômicos para as diversas sub-regiões do Nordeste;
- f) Adotar sistemas inovadores de gerenciamento das propriedades rurais, com ênfase no controle contábil e na capacitação dos recursos humanos;
- g) Participar mais intensamente das atividades das associações e sindicatos de criadores, trabalhadores rurais e das

classes produtoras; h) Exigir dos órgãos ambientais agilidade no atendimento dos pleitos e a descentralização no atendimento das demandas; Cumprir o código florestal e a legislação trabalhista.

Subsistema de abate e processamento

Este subsistema também é bastante diversificado, contemplando desde o pequeno matadouro municipal – a maioria dos quais funciona em precárias condições de higiene, agride o meio ambiente e não atende a legislação sanitária vigente – até o frigorífico de grande porte, com inspeção federal (SIF), que adota tecnologia moderna em todas as etapas do abate e do processamento, estando habilitado a exportar para os mercados mais exigentes.

Apesar de ser o subsistema mais intensivo em capital, apresenta pequena margem de lucro devido aos elevados custos operacionais. A segmentação do mercado e a incorporação de serviços aos alimentos constituem estratégias usadas pelas empresas pesquisadas para agregar valor, elevar receitas e enfrentar a concorrência dos grandes frigoríficos.

Pelo fato de o segmento de transformação do bovino estar concentrado em poucos grupos nacionais, o mercado da carne é considerado oligopolizado. A competitividade das empresas pressupõe melhoria do rendimento de carcaça; o maior aproveitamento dos subprodutos; melhoria da qualidade da matéria-prima e melhoria das condições de acondicionamento e transporte dos produtos.

Assim, devem figurar como estratégias não só a diversificação das linhas de produção, a capacitação de recursos humanos e a análise permanente dos mercados para seus produtos, que se materializam no frigorífico ou daí para a frente, mas também estímulos a montante (ou seja, na direção do criador de bovinos) para melhorar o padrão dos animais adquiridos.

Os matadouros e os frigoríficos inspecionados sofrem concorrência desleal dos abatedouros clandestinos, os quais ofertam alimentos de qualidade duvidosa e comercializam produtos por menores preços, já que não recolhem impostos e encargos sociais, por se encontrarem operando na ilegalidade.

As ações desenvolvidas pelo Ministério Público para desativar os matadouros municipais de funcionamento precário no Nordeste contribuíram – lamentavelmente – para o aumento do abate clandestino. Em municípios onde os frigoríficos municipais de pequeno porte foram cedidos à iniciativa privada em regime de concessão, passando por mudanças de gestão, tecnológicas, de condições sanitárias, tal fato não aconteceu.

A experiência exitosa de alguns estados que estão operacionalizando o modelo de matadouros regionalizados está desmistificando a ideia de que a pequena unidade de abate de bovino não tem condições para competir no mercado com as grandes empresas. A prática tem revelado que os matadouros administrados pela iniciativa pri-

vada (em regime de concessão) são mais eficientes que os públicos e, apesar de utilizarem bovinos de rebanho não-especializado para carne, atendem o mercado municipal e/ou o dos municípios vizinhos, que ainda não são alvo dos grandes frigoríficos.

A despeito da importância do elo abate e processamento da carne, os ambientes institucional e organizacional são pouco eficazes na definição de estratégias para aumentar-lhe a competitividade e a sustentabilidade (e da cadeia produtiva da carne como um todo), além de, em algumas situações, serem omissos, sobretudo em relação a fiscalização e combate ao abate clandestino e cumprimento da legislação.

Os principais gargalos relatados pelos dirigentes e empresários do subsistema abate e processamento foram: irregularidade na oferta de bovinos; oferta de animais sem padrão definido (raça, idade, peso, rendimento de carcaça, castrado ou não etc.); elevado número de municípios desprovidos de matadouros para atender o mercado local; elevada incidência de abate clandestino; alta capacidade ociosa, devido a irregularidade da oferta de bovinos (sazonalidade da oferta); precárias condições de higiene e funcionamento dos matadouros públicos; ausência de veterinários nos matadouros municipais; pouca diversificação das linhas de produção dos frigoríficos; baixo nível de aproveitamento dos subprodutos nos pequenos matadouros; baixa qualidade do couro; ausência de inspeção estadual ou federal na maioria dos abatedouros; baixa qualificação da mão-de-obra; logísticas de transporte e de comercialização inadequadas, sem atender à legislação vigente; carga tributária elevada; canais de comercialização deficientes; incipientes programas de marketing, e; impactos ambientais negativos principalmente dos matadouros municipais.

Proposições específicas:

- a) Melhorar as condições de funcionamento das instalações, máquinas e equipamentos e de higiene nos abatedouros e nas indústrias;
- b) Capacitar recursos humanos em manuseio, higiene e cortes especiais de carne;
- c) Obter maior aproveitamento da carne e subprodutos com a produção de cortes, peças, embutidos e conservas;
- d) Ampliar a capacidade de câmaras de frios e o transporte da carne em veículos refrigerados;
- e) Trabalhar nichos de mercados, priorizando produtos regionais (inclusão de condimentos e temperos locais);
- f) Ampliar o número de frigoríficos exportadores no Nordeste;
- g) Atualizar as estratégias específicas por país importador de carne bovina e derivados;
- h) Reprimir com efetividade o abate clandestino e a comercialização de seus produtos.

Subsistema distribuição

As tecnologias modernas e a maior eficiência na logística de frios, transporte, armazenagem e distribuição alterou o paradigma de instalar o subsistema abate e processamento próximo aos consumidores. Dessa forma, a distância percorrida pela carne bovina para chegar ao consumidor final perdeu importância relativa. A distribuição é o segmento mais forte da cadeia produtiva da carne, mercê da maior e melhor organização dos atores e do contato direto, no caso do varejo, com o consumidor, que é o agente mais importante, pois é o responsável pela remuneração de todos os integrantes do sistema agroindustrial.

A despeito da melhor organização, o subsistema ainda apresenta muitos problemas que envolvem elevados custos de transação comercial, onerando desnecessariamente o produto final. A maioria dos pequenos varejos não atende as necessárias condições de higiene, conservação e embalagem dos produtos comercializados. As tecnologias geradas para a produção de vários tipos de cortes da carcaça dianteira, portanto, agregando valor, são pouco conhecidas pela maioria dos pequenos comerciantes.

O controle sistemático ao longo da cadeia produtiva, incluindo o varejo, é um mecanismo eficiente para melhorar a competitividade da empresa reduzindo perdas e desperdícios de produtos. Entretanto, foi constatado na pesquisa, que os cuidados pós-vendas se restringem a uma pequena parcela de frigoríficos, sendo mais presentes nas linhas de embutidos e no âmbito das grandes empresas.

Os maiores problemas no transporte, conservação e comercialização da carne bovina e seus derivados concentram-se nas pequenas e médias cidades e nas periferias dos grandes centros urbanos da área pesquisada. Grande parte desses produtos provém de matadouros municipais e é comercializada em mercados públicos, feiras livres e pequenos supermercados sem as necessárias condições de higiene e refrigeração.

A deficiência dos serviços da fiscalização dos órgãos de saúde, sobre a distribuição e comercialização da carne bovina, miúdos e vísceras é bastante criticada pelos matadouros e frigoríficos inspecionados. Suas ações, apenas pontuais, anulam os esforços dos estabelecimentos inspecionados para produzir carne bovina de qualidade. No interior dos estados, prevalece o transporte e a comercialização da carne bovina e seus subprodutos sem refrigeração. As pessoas que manipulam esses alimentos não são qualificadas e não usam vestuários adequados.

O funcionamento do subsistema distribuição da carne bovina na área pesquisada ainda é precário porque predominam o transporte e a comercialização dos produtos sem refrigeração, principalmente nos açougues, mercados públicos, e feiras livres. Um bom exemplo do que pode ser feito nesse sentido são as ações do Programa Minas Carne, anteriormente comentado.

A pesquisa identificou ainda, dentre outros, os seguintes gargalos: a) falta de integração entre a fiscalização sob responsabilidade das superintendências estaduais do

MAPA, secretarias da agricultura estaduais e municipais, que alcançam até o abate e processamento, e das superintendências estaduais do Ministério da Saúde, secretarias de saúde estaduais e municipais, que são responsáveis pela fiscalização do transporte e comercialização da carne e seus derivados; b) ausência de programas de marketing para conscientizar o consumidor sobre importância de adquirir produtos cárneos de qualidade e inspecionados, e; c) carência de mão-de-obra qualificada para a distribuição e comercialização da carne.

Proposições específicas:

- Instalar centrais privadas de distribuição para comercializar a produção dos matadouros regionalizados;
- Instalar pontos de recepção de novilhos para abate nos matadouros regionalizados;
- Universalizar o transporte e a comercialização de carne e derivados sob refrigeração;
- Proceder análise sistemática do mercado identificando tendências e barreiras (tarifárias e não-tarifárias);
- Elevar a participação relativa das exportações nordestinas de carne bovina industrializada no mercado mundial;
- Reprimir o transporte e a comercialização dos produtos cárneos sem refrigeração.

Ambientes institucional e organizacional

Os ambientes institucional e organizacional são de fundamental importância para a competitividade do agronegócio. Os atores mais esclarecidos e organizados pressionam o setor público para cumprir o seu papel na formulação de leis modernas e eficazes, que venham a beneficiar as transações comerciais ao longo das cadeias produtivas.

No caso de sistemas agroindustriais desorganizados e atrasados tecnologicamente, como ocorre em alguns estados da área pesquisada, a ineficácia ou omissão do poder constituído interfere negativamente na competitividade e sustentabilidade do agronegócio.

Muitos dos entrevistados consideram que a legislação brasileira é moderna e atende às necessidades e exigências do consumidor. No entanto, a fiscalização é precária e ineficiente (quando existe), principalmente em relação aos pequenos e médios abatedouros e nos setores de venda do atacado e varejo. Críticas também foram feitas em relação aos integrantes do ambiente organizacional, por não desempenharem plenamente as ações que lhes são inerentes, conforme se detalhará a seguir.

Ambiente institucional

É quase unanimidade entre os entrevistados que as instruções normativas e leis emanadas pelas instituições públicas, tanto em relação à produção e abate de bovinos quanto ao processamento, industrialização e comerciali-

zação da carne, são relativamente atualizadas e atendem em grande parte às exigências do mercado. No entanto, não há, na maioria dos casos, o cumprimento da legislação por falta de fiscalização em face da incipiente estrutura de laboratórios, transporte e número de técnicos especializados por parte do poder público, em particular dos órgãos municipais e estaduais.

A cultura, tradição e costumes do brasileiro não fazem, em princípio, restrições ao consumo de carne bovina. O que limita o consumo per capita é a renda e a oferta de produtos substitutos, sobretudo a carne de aves, cujo preço é competitivo.

Além dos problemas na produção, no abate e no processamento, a competitividade da carne bovina é afetada pelo Custo Brasil (custo portuário, frete, infraestruturas viária, energética e de comunicação e condições de segurança); pelas elevadas taxas tributárias e encargos sociais; pela valorização do Real com relação ao Dólar; pela dificuldade de acesso às tecnologias geradas e pela carência de mão-de-obra qualificada. A maioria dos entrevistados apontou a elevada carga tributária e a excessiva burocratização na concessão do crédito como fatores negativos que precisam ser revistos, inclusive com a criação de programas de financiamento específicos e incentivos tributários para melhorar a competitividade do sistema agroindustrial da carne na Região Nordeste.

Por outro lado, foi identificada a necessidade de as instituições públicas, em parceria com as empresas privadas, ofertarem maiores somas de recursos financeiros para pesquisa e difusão tecnológica, com o desenvolvimento de novas tecnologias e análises técnicas e econômicas de sistemas de produção na região semiárida. A erradicação e controle de doenças como a febre aftosa, brucelose, tuberculose, raiva dos herbívoros, botulismo e combate sistemático aos endo e ectoparasitos foram ações apontadas como indispensáveis para tornar a cadeia produtiva da carne na Região Nordeste viável e em condições de exportar não somente carne bovina e derivados mas também animais vivos para outros estados e países. Para isto, é necessária a implementação de programas sanitários rigorosos, observadas as peculiaridades dos estados e da região.

Ambiente organizacional

Este ambiente é constituído pelas federações, associações, cooperativas, sindicatos e órgãos de pesquisa, de difusão de conhecimentos (informação e tecnologias) e de formação profissional, dentre outros, que dão suporte à cadeia produtiva, mas cujas decisões não interferem diretamente na coordenação da cadeia.

O MAPA dispõe de programas sanitários contendo informações epidemiológicas e orientações preventivas para ações conjuntas dos governos federal, estadual e municipal e iniciativa privada, mas a participação dos órgãos de desenvolvimento, das empresas de pesquisa e dos governos estaduais é de fundamental importância para a solução do

problema sanitário do rebanho bovino na área pesquisada.

Os governos estaduais devem definir as estratégias de sustentação e ampliação da produção da carne bovina de qualidade no mercado. As proposições políticas deverão priorizar a prestação de serviços (tecnologia, capacitação, assistência técnica, crédito, sanidade e inspeção animal), o fomento e a modernização da infraestrutura socioeconômica. Caberá à iniciativa privada atuar de forma proativa viabilizando as negociações dos conflitos existentes e implantando ações de natureza sistêmica, pois a ineficiência de um elo refletirá negativamente em toda a cadeia de produção da carne.

A pesquisa revelou grandes distorções na coordenação da cadeia, dentre as quais se destacam: falta de visão sistêmica, aspecto que implica na carência de informações gerenciais e de mercado; não-divulgação e implementação de novas tecnologias, persistência de conflitos na negociação de margens entre o fornecedor de boi gordo e os matadouros-frigoríficos, capacitação incipiente ou com o foco equivocado dos recursos humanos e não-observância da legislação ambiental.

Proposições específicas

Pesquisa:

- Formular parcerias entre órgãos de pesquisa e universidades para instalar núcleos de geração e validação de tecnologias voltadas para o Cerrado, a Zona da Mata e o Semiárido;
- Definir a introdução e manejo de espécies de forragens adequadas aos diversos ambientes do Nordeste;
- Definir os sistemas de integração lavoura/pecuária para estados e sub-regiões no Nordeste;
- Propor tipos raciais, mestiçagens e cruzamentos industriais mais adequados, por região, em cada estado;
- Estudar a rentabilidade econômica do novilho castrado;
- desenvolver padrões de processamento para os produtos regionais.

Difusão tecnológica e capacitação:

- Difundir as tecnologias de melhor aproveitamento e usos da carne bovina, especialmente dos cortes dianteiros e de subprodutos;
- Desenvolver programa permanente de difusão tecnológica sobre forrageiras e utilização de recursos hídricos;
- Difundir as tecnologias inovadoras para corte, transporte e comercialização de carne bovina, melhorando o aproveitamento da carcaça;
- Formar agentes multiplicadores especializados nas tecnologias de corte, processamento e comercialização da carne bovina, especialmente nas localidades onde serão implantados os matadouros regionais;
- Difundir as experiências exitosas de matadouros municipais e regionalizados entre os técnicos da assistência técnica pública e privada;

- f) Qualificar mão-de-obra sobre tecnologias modernas para produção de bovinos de corte, respeitando os aspectos da preservação ambiental;
- g) Instituir programas permanentes de capacitação de pessoal técnico de nível médio para atender às necessidades dos matadouros, frigoríficos, indústrias e estabelecimentos comerciais (varejistas) de carne.

Assistência técnica:

- a) Assegurar recursos humanos e financeiros adequados para a execução dos trabalhos de assistência técnica e gerencial, com foco na difusão de tecnologias modernas e melhoria do rendimento de carcaça da bovinocultura mista desenvolvida pelos pequenos produtores;
- b) Reimplantar o sistema regional de pesquisa e assistência técnica;
- c) Formular parcerias estratégicas como os órgãos de pesquisa e capacitação de recursos humanos.

Vigilância sanitária:

- a) Fortalecer a efetividade e independência dos órgãos públicos de inspeção, de forma a garantir a qualidade e a higiene da carne ao longo da cadeia produtiva;
- b) Sensibilizar as administrações estaduais para a implantação de programas de regionalização dos matadouros municipais, em regime de concessão à iniciativa privada;
- c) Intensificar as campanhas de vacinação contra a febre aftosa associadas à conscientização dos criadores e aos alertas sobre as consequências da doença e, especialmente, a exigência de notificação obrigatória;
- d) Estabelecer como meta tornar o rebanho bovino de todos os estados nordestinos livre da febre aftosa com vacinação, no menor prazo possível;
- e) Intensificar as campanhas de controle e erradicação da brucelose e da tuberculose no rebanho bovino nordestino;
- g) Respeitada a qualidade e os aspectos higiênicos e sanitários, instituir instrumentos adequados às pequenas empresas de embutidos e conservas para se habilitarem à obtenção do SIF.

Financiamento:

- a) Disponibilizar linhas de financiamento específicas para a implantação dos programas de regionalização dos matadouros municipais contemplando os elos de processamento, transporte e comercialização;
- b) Restringir a concessão do crédito para bovinocul-

tores de corte de perfil incompatível para a atividade;

- c) Adotar ações integradas para reduzir a inadimplência nas áreas vocacionadas para a pecuária de corte;
- d) Exigir, na concessão do crédito, o cumprimento integral das legislações ambiental, trabalhista e sanitária;
- e) Acompanhar e cobrar maior eficiência da assistência técnica pública e privada junto aos criadores;
- f) Fomentar a adoção de tecnologias inovadoras e de diversificação das linhas de produção aos matadouros municipais regionalizados, frigoríficos e indústrias de carne bovina;
- g) Proporcionar condições aos pequenos e médios comerciantes atacadistas e varejistas para atender às exigências da legislação sanitária vigente;
- h) Apoiar os programas de investimento e de promoção comercial dos estados nordestinos, com base nas vantagens comparativas e competitivas, para atrair novos investidores para a cadeia produtiva da carne.

Aspectos ambientais:

- a) Criar um programa, com recursos adequados, para preservar e recompor os biomas das áreas ocupadas indevidamente com pastagens;
- b) Descentralizar o atendimento dos órgãos de meio ambiente e de gestão de recursos hídricos para a análise tempestiva das solicitações relacionadas a desmatamento e outorga d'água, de forma a criar uma habitualidade nas consultas prévias;
- c) Fomentar ações de acompanhamento sistemático dos matadouros e indústrias para combater a destinação indevida de resíduos sólidos e efluentes;
- d) Exigir de matadouros, frigoríficos e indústrias de carne a observância da legislação relativa ao tratamento e destino dos resíduos sólidos e efluentes;
- e) Criar um sistema de monitoramento e defesa das reservas florestais das propriedades rurais, envolvendo os órgãos públicos e os proprietários das terras.

Aspectos fiscais:

- a) Reduzir a carga de impostos de matadouros, frigoríficos e indústrias de carne legalizados, como desestímulo ao abate clandestino;
- b) Buscar a equalização tributária entre os estados nordestinos para diminuir os prejuízos causados pela chamada "guerra fiscal";
- c) Consolidar, em documento eletrônico, as circulares e portarias relacionadas com a produção, abate, processamento e comercialização da carne bovina e seus derivados.

Organização:

- a) Estimular a criação de câmara setorial da cadeia produtiva da bovinocultura de corte nos estados para coordenar, monitorar e avaliar as ações que visam reduzir conflitos e proporcionar-lhe maior competitividade e sustentabilidade;
- b) Incluir, na base de dados do Mapa, as informações estaduais e municipais do abate de bovino por sexo, idade e condenações (identificando causas) para melhor acompanhamento do desempenho produtivo e sanitário do rebanho;
- c) Induzir o desenvolvimento de sistemas de compras por grupo de bovinocultores e/ou através de associações/cooperativas de fomento;
- d) Criar mecanismos para viabilizar a realização de minicontratos futuros de boi gordo de pequenos produtores junto a BM&F;
- e) Fortalecer as associações de bovinocultores para

melhor negociar a comercialização dos animais junto aos frigoríficos;

- f) Oferecer melhores condições de segurança patrimonial aos produtores coibindo o roubo de gado e de carnes nas estradas.

Infraestrutura:

- a) Assegurar a trafegabilidade das estradas e melhorar os portos marítimos e fluviais para o transporte de bovinos, carne e seus derivados;
- b) Estimular a instalação, nos estados, de centrais de transporte nas regiões de maior oferta de bovinos para abate e centrais de distribuição de carne;
- c) Fortalecer o ensino básico e profissionalizante;
- d) Ampliar os sistemas de abastecimento de água, de energia elétrica, comunicação, de saúde e de aterro sanitário em localidades polos de matadouros regionalizados, como mecanismos de atração e manutenção de investimentos.